



A constituição de um curso de psicologia durante a ditadura civil-militar no Brasil: investigação a partir dos relatos dos primeiros professores

The establishment of an undergraduate program in Psychology during the civil-military dictatorship in Brazil: research upon the reports of the first professors

Lilian Rose Margotto

Universidade Federal do Espírito Santo

Maria Cecília Cortez Christiano de Souza

Universidade de São Paulo

Brasil

Resumo

O propósito dessa pesquisa foi conhecer a implantação do curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, no período da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985). A fundação desse curso, em 1979, pode ser situada no bojo de um conjunto de transformações que foram implementadas no ensino superior no Brasil pelos governos civis-militares e se traduziu, sobretudo, por um aumento do número de vagas. Diversas pesquisas apontaram o crescimento da oferta de vagas e os impasses decorrentes dessa política educacional estabelecida de forma súbita e sem a necessária infraestrutura material e humana. A Psicologia, à época, uma profissão de regulamentação recente, foi uma das formações mais afetadas pelo expansionismo. A fundação desse curso foi pesquisada a partir dos depoimentos dos primeiros professores. O uso da história oral permitiu o conhecimento de dados importantes sobre o cotidiano institucional, que se mostraram muito coerentes com outras informações de caráter quantitativo elencadas por pesquisas amplas, abrangendo período semelhante.

Palavras-chave: psicologia; história da psicologia; história oral

Abstract

This research examines the implementation of the undergraduate program in Psychology of the Federal University of Espírito Santo during the civil-military dictatorship in Brazil (1964-1985). The establishment of such program in 1979 could be understood as part of a set of changes which were implemented in higher education in Brazil by the civil-military governments which led to an increased supply of vacancies for students. Several researches have already pointed out the increase of vacancies during the period and also the deadlocks arising from the sudden implementation of such educational policy, which was carried out without the necessary material and human infrastructure. At the time, the profession field of Psychology had only recently been regulated by legal rules and was one of the undergraduate courses mostly affected by such expansionism. The establishment of this specific undergraduate program stud was based upon the statements given by its first professors. The use of the oral history method allowed the gain in knowledge of important data related to institutional daily life, which proved to be coherent with previous quantitative data available referring to similar period.

Keywords: psychology; history of psychology; oral history



Introdução: sobre a concepção de história que orientou esta pesquisa

Nas últimas décadas observa-se uma crescente produção e uma preocupação em sistematizar uma história da Psicologia no Brasil¹. Publicações subsidiadas, em sua maioria, por discussões historiográficas mais amplas que problematizam o contexto, resgatam autores e instituições e, sobretudo, buscam a inteligibilidade de processos ocorridos na constituição da Psicologia como ciência e como profissão.

No bojo das recentes contribuições em história da Psicologia, destaca-se o uso de conceitos importados, o que facultou o surgimento de novas questões, e promoveu a busca por outras fontes e métodos a serem utilizados. Como mostram Massimi, Campos e Brožek (2008), a historiografia da Psicologia tem se valido da interlocução com as diversas abordagens da história permitindo a utilização de métodos de investigação que antes eram próprios da história cultural, da história social e da micro história. Não mais História no singular, mas histórias dada a pluralidade de visões, a fragmentação e a assumida parcialidade das fontes, dadas as condições de produção dos documentos e os recortes efetuados pelo pesquisador.

Sob essa perspectiva é possível escrever uma história da Psicologia buscada nas miudezas do cotidiano, nas práticas esquecidas que permanecem soterradas no limbo do esquecimento, nas vidas e experiências de pessoas que fizeram parte dessas instituições.

O presente texto é decorrente de uma indagação que se situa no entrecruzamento de questões que são parte da história da Psicologia, mas só são possíveis quando se trata de uma história que reconhece novos objetos, a partir de outros enfoques e interage com as demais ciências humanas. São porções da história da Psicologia aparentemente irrelevantes, que permanecem desconhecidas e inexploradas pelos compêndios e manuais que se detêm nas biografias de pessoas ilustres. O objeto de investigação aqui foi o cotidiano da implantação de um curso de graduação durante a Ditadura Civil-Militar a partir dos relatos dos seus primeiros docentes, profissionais pioneiros na formação do psicólogo no estado do Espírito Santo.

As experiências desses professores são tomadas como individuais, no sentido que se sabe serem vivências únicas, mas inegavelmente são também reverberações da Psicologia de uma época. Devem, então, ser entendidas em um contexto específico: os dados obtidos permitem iluminar alguns aspectos peculiares sobre o modo como se deu a formação do psicólogo nos meandros da instituição pesquisada, uma pequena universidade na ocasião, situada no sudeste do Brasil, nos anos 1980. Ao mesmo tempo, esses dados não podem ser dissociados das concepções de Psicologia como ciência e profissão, de forma mais ampla, do

¹ Apenas a título de exemplo, pode-se citar a publicação do *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil*, em 2001 (o qual já se encontra em sua segunda edição - Campos, 2007) e o *Dicionário histórico das instituições de psicologia no Brasil*, em 2011 (Jacó-Vilela, 2011).



contexto político e social brasileiro. O objetivo central, portanto, foi investigar a instauração de um curso de Psicologia, em um momento histórico específico, a partir dos relatos dos seus primeiros docentes, buscando detalhes do cotidiano institucional que escapam ao registro documental. Trata-se, aqui, de um empreendimento norteado pelo reconhecimento de um contexto amplo que perpassa os entrevistados, o que inclui pensar no próprio modo como esses professores relatam suas experiências como formadores da primeira turma de psicólogos do Espírito Santo.

Tal perspectiva pôde ser articulada também a partir da contribuição de Guinzburg (2006). Este autor, no prefácio de uma obra paradigmática, explica sobre o método de investigação utilizado. Este autor analisa o modo como um indivíduo pode ser tomado como objeto de investigação por ser portador (ou porta voz) das questões culturais que são inerentes à sua época, ao seu contexto, à sua formação, suas leituras etc. Mas, também, por outro lado, inevitavelmente, cada um apreende e vivencia essas mesmas questões de forma individual. Pois, de acordo com Guinzburg (2006), “Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada a cada um” (p. 20).

A importância de efetuar uma investigação a partir de relatos de experiência, também pode ser atribuída às possibilidades de registrar detalhes do cotidiano que, muitas vezes permanecem inscritos apenas no domínio do vivido. São fragmentos de uma história que se esvai gradualmente, pois, grande parte do cotidiano escapa ao registro material. Aí está uma das limitações que ronda o investigador das práticas cotidianas. Dominique Julia (2001) alerta de forma exemplar os percalços que atingem aqueles que se propõem a pesquisar determinados domínios: “A história das práticas culturais é, com efeito, a mais difícil de se reconstruir porque ela não deixa traço: o que é evidente em um dado momento tem necessidade de ser dito ou escrito?” (p. 15).

É a ciência dessa transitoriedade que impulsionou a busca pelas memórias dos ex-professores que ajudaram a constituir a primeira turma de psicólogos do estado do Espírito Santo. Tratou-se de buscar as experiências desses docentes com o intuito de conhecer uma faceta da história da Psicologia que poderia se perder para sempre.

Os sujeitos da pesquisa são pessoas cuja atuação profissional retroagia há mais de trinta anos, o que tornava premente o registro de tais experiências. A constatação da fugacidade dessas vivências e a intenção de conhecê-las levaram à escolha da história oral como abordagem metodológica. Tal opção proporcionou a possibilidade de explorar as experiências docentes a partir de aspectos que permanecem obscuros ou que não são mencionados nos documentos.



Algumas informações sobre a expansão do ensino superior brasileiro durante a Ditadura Militar (1964-1985)

O curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo teve início durante o período da Ditadura Civil-Militar, regime instaurado em 1964 e vigente até início de 1985. Essa graduação obteve autorização para funcionamento do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em janeiro de 1979, mas sua primeira turma ingressou no segundo semestre do referido ano, de acordo com Moulin e Rosa (2011).

A instalação desse curso deve ser pensada a partir de uma contextualização mais ampla das transformações que aconteceram no ensino superior brasileiro no final dos anos 1960 e ao longo da década de 1970. Tais alterações fazem parte de um conjunto de estratégias empregadas pelos governos militares em favor de uma política educacional que vigorou ao longo dos governos da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985).

Motta (2014) aponta que antes do golpe de 1964 existiam 21 universidades federais e em 1979, eram 33 instituições. Entretanto, o autor ressalva que o aumento significativo (50%) do número de universidades públicas, não foi o único dado da expansão do ensino superior no período. No que diz respeito ao sistema federal, boa parte da referida ampliação aconteceu a partir de transformações internas nas instituições preexistentes, com a criação de novas faculdades, de cursos de graduação e com o acréscimo do número de vagas em cursos já existentes.

Mais do que o crescimento do ensino superior público, Motta (2014) apresenta dados também sobre o aumento do ensino superior privado, que foi mais intenso ainda. Nesse período, de acordo com o autor, foram criadas dezenas de instituições privadas que, em sua maioria, eram portadoras de instalações modestas com infraestrutura precária. A proliferação dessas instituições teria sido impulsionada pelos incentivos públicos que consistiam na concessão de financiamento e facilidades do ponto de vista fiscal.

A ampliação da rede privada pode ser melhor situada a partir das análises propostas por Fernandes (2006) a respeito desse momento. De acordo com o autor, depois da consolidação dos governos militares no poder, instaura-se uma política econômica que unificava a ação governamental com a vontade empresarial. Nesse contexto, a expansão do ensino superior privado, pode ser entendida como parte de uma estratégia do Estado para a preservação e ampliação dos privilégios econômicos, por meio de uma política econômica voltada para as classes médias e altas. Pois, nas nações do capitalismo periférico, como o Brasil, dadas as limitações impostas pela estratificação do sistema, a maior parte da população permanece excluída da ordem social competitiva. Apenas as classes médias e altas chegam a participar das benesses proporcionadas pelo desenvolvimento capitalista. São esses segmentos que monopolizam a cultura e o poder político. Assim, tanto o poder político indireto (aquele proveniente do poder econômico) quanto o poder político puro e simples, mesclam-se ao máximo, tornando o Estado um veículo para instrumentalizar, por meio da



maquinaria estatal, o poder burguês. Isso explica como, a partir da 1964, o Estado foi posto a serviço dos fins particularistas da iniciativa privada, permitindo situar de forma mais ampla, as razões para a expansão desenfreada do ensino superior privado. Mais do que isso, a análise desses mecanismos, nos quais se inclui a expansão vertiginosa do ensino superior privado, também permite entender o motivo pelo qual as várias elites (econômicas, militares, políticas, judiciárias, policiais, profissionais, religiosas) se mantiveram alinhadas com o Estado no período pós 1964.

Notadamente no caso do curso de Psicologia, é possível perceber o alargamento do número de vagas pela multiplicação do número de profissionais desta área durante o período em questão. Essa constatação foi objeto de reflexão de pesquisadores desde o final da década de 1980. A expansão do número de concluintes de cursos de Psicologia foi tamanha, que Rosas, Rosas e Xavier (1988) constataram que, em 1982, apenas vinte anos após a lei que regulamentou a profissão de psicólogo (Lei 4.119/62) no Brasil, os psicólogos estavam elencados entre os primeiros lugares em obtenção de diplomas. Conforme os autores relatam, “Apenas os pedagogos, os bacharéis em Direito e Administração e os licenciados em Ciências, obtiveram diplomas profissionais em número maior que os psicólogos” (p. 37).

Mais recentemente, outros autores, como Soares (2010), Antunes (2012) e Furtado (2012), também apresentaram constatações sobre a proliferação dos cursos de Psicologia ao longo da década de 1970. Soares (2010) ao assinalar a disseminação da referida formação, apresenta dados sobre a multiplicação do número de psicólogos inscritos nos Conselhos Regionais. De acordo com este autor, em 1974 haviam 895 psicólogos inscritos nos Conselhos Regionais, em todo do território brasileiro. Quatro anos depois, em 1978, essa cifra chegaria 12.139 inscritos.

Antunes (2012) salienta que a disseminação ocorreu de forma indiscriminada, o que se traduziu em cursos que reduziam o número de disciplinas ao currículo mínimo, eram conduzidos por docentes pouco qualificados, submetidos a péssimas condições de trabalho e com um salário precário. Furtado (2012) compartilha da mesma aceção. O autor assinala a rápida expansão, enfatizando o caráter mercantil de algumas instituições. Outras, entretanto, frisa Furtado (2012), “Começaram de forma mercantil e foram mudando com o seu desenvolvimento, e transformaram-se mais tarde em cursos de qualidade” (p. 78).

É interessante observar que, se por um lado, a expansão dos cursos de Psicologia ocorrida nos anos 1970, pode ser situada no bojo de uma disseminação do ensino superior no Brasil, por outro, pode-se constatar a proliferação, bastante acentuada de uma profissão ainda jovem em termos de regulamentação legal.

Langenbach e Negreiros (1988) analisaram que essa expansão foi favorecida pelo contexto político, desde o final da década de 1980. As autoras explicam que a oferta de vagas nos cursos de Psicologia indica uma ênfase na busca por respostas a questões individuais,



referentes à esfera íntima em detrimento àquelas de ordem política, contempladas por outros cursos da área de Ciências Humanas, como Filosofia ou Sociologia.

Coimbra (1995), em um trabalho já clássico, sobre o que denominou *as práticas psi* no período da Ditadura Militar brasileira, corrobora as conclusões apresentadas anteriormente. A autora aponta que o ocaso dos cursos de História, Filosofia e Sociologia foi simultâneo ao crescimento da Psicologia, entendendo-os como fenômenos conexos. Pois, além de proporcionar explicações de cunho individualizante, o psicólogo foi visto, como o profissional que trabalharia em favor de um “ajustamento” dos sujeitos.

Portanto, é possível observar que vários pesquisadores do período indicam uma expansão do ensino superior brasileiro e, no caso da formação em Psicologia, uma proliferação ainda mais acentuada. Como se depreende a partir da breve contextualização apresentada, esta pesquisa amplificou e trouxe elementos do cotidiano sobre um caso específico, mas bastante representativo de um fenômeno mais amplo. Buscou-se conhecer o modo como a implantação da graduação ocorreu, a partir dos relatos dos seus primeiros docentes, profissionais pioneiros que atuaram na formação do psicólogo em um estado da federação.

O método de investigação, os procedimentos e os entrevistados

a) A escolha do método de investigação

A partir da apresentação da perspectiva de história presente na Introdução, é possível situar a metodologia que orientou esta pesquisa. Tratou-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, na qual, dado o teor das indagações, optou-se pelo uso da história oral, como método de investigação.

Das diversas questões apontadas pela bibliografia consultada sobre a proficuidade da história oral, é necessário destacar aqui alguns aspectos que abordam a construção do método de investigação utilizado e permitem explicitar a relevância da história oral como metodologia para o presente objeto de estudo.

O primeiro aspecto diz respeito à natureza dos dados que podem ser obtidos pelas investigações que utilizam esse método, no sentido de possibilitar a obtenção de informações e de pontos de vista de atores que muitas vezes não são contemplados nos estudos históricos. Como aponta Paul Thompson (1992), “A maioria esmagadora das autobiografias publicadas são de um grupo restrito de líderes políticos, sociais e intelectuais (...). Em contraposição, os historiadores orais podem escolher exatamente a quem entrevistar e a respeito de que perguntar” (p. 25).

No caso desta pesquisa, os entrevistados aqui são pessoas comuns, cuja importância e ideias seriam gradualmente solapadas pelo esquecimento.



É inevitável situar também contribuições advindas de obras que tratam das narrativas e rememorações de pessoas comuns sobre acontecimentos históricos e questões sociais, como nos mostra Bosi (1987), trabalho já clássico e referência obrigatória nesse sentido.

A escolha da história oral como metodologia também obedeceu à intenção de conhecer aspectos da instituição não mencionados nos documentos. Alguns autores justificam o uso dos relatos orais como método de pesquisa em decorrência das possibilidades que tais procedimentos oferecem para a apreensão de informações que escapam do registro escrito, que permanecem obscuros ou ignorados quando se trata de uma pesquisa estritamente documental. Como assinala Joutard (2000),

É através do oral que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional. Apelo aqui para a experiência pessoal dos universitários. Um relatório escrito de uma de nossas assembleias consegue traduzir o que realmente se passou? (p. 34).

Na presente pesquisa, reside justamente nessa possibilidade um dos aspectos de maior importância dos dados obtidos, na medida em que se pretendeu investigar questões que não estão presentes nos registros documentais. A intenção, portanto, foi apreender conteúdos referentes às percepções e vivências dos profissionais.

Nesse sentido, é imprescindível mencionar a sistematização que Barbosa e Souza (2009) efetuaram ao articular as contribuições advindas da história oral para os estudos em história da Psicologia. As autoras destacam a importância da história oral para a realização de relatos históricos da Psicologia como ciência e profissão. Ainda de acordo com Barbosa e Souza (2009), os dados obtidos por esse método de investigação possuem um diferencial em relação às fontes documentais, por possibilitarem o acesso às vivências e às nuances da memória dos depoentes.

Com o intuito de não minorar a riqueza de nuances dos depoimentos, um dos princípios seguidos durante a coleta dos depoimentos foi o respeito à liberdade dos depoentes responderem livremente às questões, apresentadas de forma ampla. Decorrente dessa postura, as repostas obtidas não estão estritamente relacionadas à questão proposta, assim como categorias que emergiram não são um reflexo especular do instrumento de coleta de dados. Essa situação ocorreu, por exemplo, com alguns depoentes que, indagados sobre o perfil profissional dos colegas que compunham o Departamento de Psicologia na época abrangida pela pesquisa, respondiam sobre a relação conflituosa entre os docentes. Ou ainda, quando inquiridos sobre o espaço físico destinado ao funcionamento do curso de Psicologia, não se limitavam a descrever os prédios, as salas, ou laboratórios, mas narravam principalmente as lutas empreendidas para obter esses espaços.



Além disso, no caso de um período histórico definido, também se deve considerar suas especificidades. Vasconcelos (2009), ao analisar as fontes possíveis para uma história da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), aponta que se deve considerar a dificuldade de acesso e mesmo a possibilidade de os registros documentais terem sido produzidos de forma a não explicitar as lutas cotidianas que ocorreram nos bastidores das instituições públicas. Assim, o uso das fontes orais, desde que se considere a parcialidade da rememoração, pode ser um recurso útil para minorar essas lacunas, salienta o autor.

Entretanto, expostas as razões que nortearam a opção pelo método de investigação, há uma modalidade específica de coleta de dados orais que foi utilizada denominada de *depoimento*. Esta técnica consiste na narrativa e registro de aspectos específicos de um momento da vida, de alguma experiência do informante ou de algum evento que ele tenha presenciado. Assim, é uma forma de coleta de dados focalizada em um determinado objetivo, proposto previamente pelo pesquisador, ao contrário das histórias de vida, conforme Queiroz (1991) explica, “Da *vida* do seu informante só lhe interessam os acontecimentos que venham a inserir-se diretamente no trabalho, e a escolha é unicamente efetuada por esse critério” (p. 7).

Dado que o interesse era conhecer alguns aspectos da implantação e os primórdios do curso de Psicologia a partir dos relatos dos seus primeiros docentes, os sujeitos foram solicitados e conceder depoimentos sobre o assunto em questão.

b) Os procedimentos utilizados²

Como foi mencionado, o curso de Psicologia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) teve início no segundo semestre letivo de 1979 (Moulin & Rosa, 2011), o que significa que os profissionais entrevistados ministraram aulas para a formação da primeira turma de psicólogos entre 1979 e 1984.

A relação dos sujeitos a serem entrevistados foi elaborada a partir das indicações de docentes ainda atuantes na referida instituição e que fizeram parte da implantação do referido curso. Além disso, a professora que ocupava a chefia do Departamento de Psicologia no momento da coleta dos dados e havia sido aluna dessa primeira turma, também auxiliou sobremaneira na localização dos profissionais.

A partir dessas indicações foi possível estabelecer uma relação de 12 ex-professores que ministraram aulas para a primeira turma do curso de Psicologia do Espírito Santo, com os quais seria possível tentar manter contato.

Por razões diversas, incluindo a dificuldade de estabelecer o contato, problemas de saúde e ausência de resposta à correspondência enviada na forma de correio eletrônico, apenas sete ex-professores foram entrevistados.

² Projeto de pesquisa registrado e aprovado na Plataforma Brasil em 4-12-2013 – CAAE 23726313.0.0000.5542.



Portanto, foram coletados sete depoimentos, cuja duração variou de 40 a 60 minutos, seguindo um roteiro com questões amplas, elaborado previamente, que foi sendo apresentado aos sujeitos de forma gradual.

As entrevistas foram concedidas entre janeiro e março de 2014, no local escolhido pelos depoentes. Assim, cerca de quatro entrevistas foram realizadas nas dependências do próprio prédio (Cemuni VI), onde atualmente funciona a graduação em Psicologia no Campus de Goiabeiras, situado em Vitória (ES), cuja ocupação ocorreu, como narraram os próprios depoentes, no momento de implantação do curso. Apenas uma das entrevistas ocorreu na residência da própria depoente, duas outras aconteceram nos consultórios onde as profissionais atuam e uma em uma instituição particular de ensino superior onde o professor ministra aulas atualmente.

c) Os entrevistados

O conjunto dos entrevistados tem em comum o fato de ter ministrado aulas para o curso de Psicologia pesquisado no momento da sua instauração. Entretanto, a formação desses profissionais é diversificada e, de certo modo, a amostra obtida espelha a composição dos primórdios do corpo docente que, de acordo com os próprios depoentes, contava com profissionais oriundos de outras áreas e não apenas psicólogos. A presença majoritária de mulheres na amostra também se coaduna com o que foi relatado pelos próprios entrevistados a respeito da composição do corpo docente.

O quadro apresentado abaixo resume as informações a respeito do sexo e da formação dos entrevistados, tanto no que diz respeito à sua graduação quanto à titulação máxima, no momento em que foram entrevistados.

Tabela 1 – Sujeitos da pesquisa

Entrevistado (a)	Sexo	Graduação (curso)	Titulação máxima
Depoente 1	F	Psicologia	Mestrado
Depoente 2	F	Psicologia	Doutorado
Depoente 3	F	Psicologia	Doutorado
Depoente 4	F	Psicologia	Mestrado
Depoente 5	F	Medicina	Doutorado
Depoente 6	M	Filosofia	Doutorado
Depoente 7	F	Pedagogia	Especialização

Os resultados obtidos

No presente artigo serão apresentados os resultados obtidos em quatro categorias: a composição inicial do corpo docente, o relacionamento dos docentes entre si, a relação entre



docentes e alunos e as disputas travadas para a obtenção do espaço físico próprio para funcionamento do curso.

Como exposto previamente, essas categorias de análise sintetizam aspectos dos relatos que reiteradamente foram citados pelos sujeitos da pesquisa. Assim, serão apresentados aqui trechos das falas de alguns sujeitos da pesquisa para ilustrar o modo como cada uma dessas categorias apareceu.

Em relação à composição inicial do corpo docente, os entrevistados relatam que havia uma presença inicial majoritária de profissionais graduados em pedagogia e que a chegada dos psicólogos ocorreu de forma gradual, como podemos exemplificar na fala do Depoente 6:

Esse departamento era composto por professores de Psicologia e de Filosofia, mas a maioria dos professores era da área pedagógica: Eram formados em Pedagogia e os que eram psicólogos também davam aulas de Psicologia da Educação do Centro de Educação para a Pedagogia e para todos os cursos. Porque essas duas áreas, a filosofia e a Psicologia, ministravam as disciplinas básicas dentro da UFES. Nós ministrávamos aulas para quase todos os cursos da área de humanas.

A Depoente 3 relata a composição inicial do corpo de professores do curso de Psicologia, citando especificamente aqueles docentes que ficaram incumbidos de ministrar aulas para o curso:

Quando eu cheguei nós éramos quatro: X, Y, Z, e K.³ As outras professoras do Departamento eram professoras da pedagogia, formadas em pedagogia, mas trabalhavam no Departamento ministrando disciplinas ligadas à Psicologia para o curso de pedagogia. Bom, aí, começamos então com a constituição do curso de Psicologia Nós fomos correndo atrás, para saber quais eram os caminhos necessários em termos burocráticos e formais para a constituição do curso. E o curso começa então em 1978/2, começa de forma absolutamente precária porque começa com quatro professores que ministravam todas as disciplinas.

Praticamente todos os depoentes mencionaram conflitos e tensões que permeavam as relações docentes. Exceto um, o depoente 6, que classificou essas interações como sendo de diálogo e cooperação. Esses impasses teriam sido motivados por desacordos de ordem teórica ou por desavenças sobre o funcionamento do curso. De uma forma geral, a existência de conflitos é o aspecto que sobressai dos momentos em que os docentes tratam da relação entre si, uma das categorias de análise propostas para a presente pesquisa. O depoimento da Depoente 3, no trecho citado a seguir, trata dessa diversidade teórica existente:

Tinha um grupo que veio de Belo Horizonte, mas o grosso era do Rio de Janeiro e de São Paulo. Bom... a gente tinha tendências da Psicologia de iam de A a Z. Então, tinha desde o Behaviorismo radical, do esquema estímulo-resposta passando por

³ A entrevistada cita o nome de colegas de trabalho da época que foram suprimidos aqui para preservar a identidade de todos. Inclusive, dois citados já são falecidos e uma professora citada também concedeu depoimento.



modulações desse Behaviorismo, até a psicanálise que passava pelo psicodrama psicanalítico, pelo lacanismo e isso era um debate muito interessante, caloroso, muitas vezes tenso, mas não era desqualificador. E que hoje eu tenho clareza o quanto foi rico para nós e para todos os alunos.

Embora haja certa convergência nos depoimentos sobre os impasses terem sido motivados por razões teóricas, apareceram explicações divergentes sobre o modo como os grupos se organizavam e em torno de quais objetivos. Uma das ex professoras, a Depoente 7, aponta que um dos principais focos de tensão era disputa ocasionada pela existência de profissionais com formações distintas no Departamento de Psicologia. Teria acontecido uma polarização entre os docentes psicólogos e os docentes mais antigos, graduados em pedagogia.

O conflito começou a surgir entre os próprios professores quando se abriu concurso para seleção, aí sim, eu vi conflito teórico. Mas, teórico era como que a fachada, o que havia por trás era um raciocínio assim: você tem de sair desse curso porque não é psicólogo formado. Então, o que eu sentia era que os professores que vieram depois do concurso, que eram psicólogos formados e vieram de outros estados com mestrado na área em que tentaram o concurso, queriam mudar as coisas. E o que esses professores queriam? Eles queriam tirar do quadro os professores fundadores porque eles não tinham formação em Psicologia (Depoente 7).

Entretanto, essas divergências também foram mencionadas em outros momentos dos relatos, como por exemplo, a Depoente 4 que, ao ser inquirida sobre a sua relação com os alunos, resvala para o seu desgosto em participar das reuniões de Departamento⁴⁴ contrapondo os dois aspectos: “Um dos momentos que eu gostava mesmo era o da sala de aula. O momento que eu não gostava era das reuniões de departamento, principalmente quando começou a acirrar muito certas questões”.

Outra categoria de análise, a relação entre docentes e alunos, foi um dos aspectos em que os depoimentos apresentaram maior consonância. Todos os entrevistados elogiaram amplamente o interesse e a participação dos discentes, inclusive falando com certo saudosismo dessa época. Um trecho do depoimento da Depoente 1 é adotado com exemplo para ilustrar:

Quando estava me aposentando eu já sentia que os alunos eram bem diferentes dos alunos das primeiras turmas. Porque, no início, além de nós professores estarmos sem saber bem como lidar com aquele curso, os próprios alunos começaram a participar muito com a gente: a dizer o que eles queriam, do que eles gostavam, a reivindicar a contratação de professores para o curso. A maioria dos professores foi contratada por reivindicação dos alunos (...). A gente estava com o mesmo problema que era a montagem do curso e levar o curso à frente, então isso uniu muito na época, nós professores e os alunos. Depois o curso cresceu muito: muitos alunos, muitos professores, muitas turmas, e ficou uma coisa mais fria em termos de relação.

⁴ Momento em que todos os docentes se reúnem para decidir questões diversas de ordem acadêmica e administrativa.



Mas continuava achando ótima a relação professor/aluno, mas eram menos atuantes do que os alunos iniciais, tanto na questão política, quanto na busca por conhecimento.

No entanto, apesar de também ter elogiado o interesse acadêmico e a participação dos alunos nas lutas por melhores condições para funcionamento do curso, a Depoente 5 aponta que existiam algumas discordâncias sobre os limites de permissividade possíveis na relação professor/aluno:

A relação professor/aluno não é uma relação de igualdade, há uma desigualdade, uma desigualdade saudável e que muitas vezes precisa ser colocada. Eu acho que no Departamento de Psicologia, às vezes havia muita dificuldade de se colocar esses limites bem-vindos, necessários, inerentes, mas que são onerosos também. Todo mundo quer ser igual, mas tem situações em que a desigualdade está em pauta, ela é mais política que verdadeira e então eu acho que essa foi uma das dificuldades que existiu.

A existência de uma relação de cooperação entre docentes e discentes que foi mencionada em diversas passagens dos depoimentos adquire uma faceta peculiar quando são observadas as lutas travadas para a obtenção do espaço físico necessário para o funcionamento do curso, outra categoria de análise adotada aqui. A própria denominação dessa categoria de análise já aponta para o teor dos relatos sobre a busca por espaço físico para implantação do curso de Psicologia. Os entrevistados narraram os percalços administrativos e as diversas disputas para lograr êxito e os alunos foram apontados como partícipes desse processo de luta pela melhoria das instalações, conforme o depoimento da Depoente 3 demonstra:

O espaço físico foi uma luta também, foi um dos movimentos dos alunos e dos professores que estavam chegando. Hoje o que é o Núcleo de Psicologia Aplicada era a Caixa Econômica Federal, ali onde é o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social era o Diretório Central dos Estudantes, onde é o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional era o cineclubes. Quer dizer, nós não tínhamos espaço físico. E uma das exigências para o reconhecimento do curso era o espaço físico. Aí começa toda uma luta.

Discussão dos resultados

Os resultados aqui obtidos e apresentados nas categorias citadas adquirem outra inteligibilidade quando situados perante pesquisas que permitam contextualizá-los em um cenário mais amplo da Psicologia no Brasil no momento histórico em que o curso é instalado (década de 1980) e no contexto social da época.

Parte-se, portanto, do entendimento de que os discursos aqui enunciados não representam opiniões individuais e não podem ser reduzidos aos sujeitos que os exprimem.



Mas, sim, são adotados como a reverberação de um conjunto de vozes, ainda que cada uma tenha sido enunciada com uma entonação.

A adoção dessa forma de ler os dados permitiu que essas narrativas proporcionassem a apreensão de alguns aspectos de um momento histórico específico de Psicologia, da história de uma instituição e do próprio contexto político da época. Nesse sentido, as categorias de análise foram observadas à luz de outros trabalhos de pesquisa que possibilitaram, justamente, efetuar essa relação entre as experiências e pontos de vista narrados aqui e o contexto da Psicologia no Brasil naquele momento histórico narrado pelos sujeitos. Nesse sentido, para situar os dados obtidos, foram buscadas pesquisas que trataram da formação do psicólogo e da Psicologia como profissão na década de 1980.

Sobre a composição inicial do corpo docente, os depoentes mostram que havia uma preponderância de mulheres, coaduna perfeitamente a grande presença feminina na Psicologia, desde o início da década de 1970, conforme aponta pesquisa realizada por Mello (1978), que concluiu: “É inegável, contudo, que a Psicologia tem se configurado como uma profissão feminina” (p. 23). Essa presença feminina de forma maciça se manteve na década seguinte, nos anos 1980, momento que essa pesquisa abarca. A conclusão do amplo levantamento apresentado na pesquisa de Rosas, Rosas e Xavier (1988) indica que as mulheres continuaram sendo maioria dos profissionais registrados no Conselho Federal de Psicologia ao longo da década de 1980: “Em primeiro lugar, no Brasil, a Psicologia é uma profissão feminina, isto é, em todo País, o número de mulheres é sempre superior a 80% e, na maioria das vezes, 85% -, em comparação com a quantidade de homens que fazem da Psicologia sua profissão” (p. 40).

Além do sexo, a formação também foi apontada como um dos traços característicos. O Departamento de Psicologia foi originário de um desmembramento da área de Educação (que já abrigava um curso de Pedagogia) nos primeiros anos de funcionamento, o que se reflete na formação dos profissionais que ali atuavam, pois, os psicólogos não eram os profissionais majoritários na composição docente. Os depoentes apontam essa pluralidade da composição da equipe de trabalho, que foi característica dos primórdios do curso de Psicologia e se assemelha a origem de outros cursos no Brasil.

No caso do curso pesquisado, há também a proximidade entre a Psicologia e a educação, decorrente da própria origem do curso. A confinidade entre essas duas áreas foi constatada por outros autores que investigaram os primórdios da Psicologia como Antunes (2012). Seguindo essa lógica, não é raro encontrar trabalhos que investigam a gênese de outros cursos de Psicologia, em diferentes estados brasileiros, cujo início ocorreu de forma bastante semelhante ao descrito aqui pelos ex docentes que concederam depoimentos. Apenas a título de exemplo, é possível citar casos: a constituição do curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, cujos primeiros docentes, entre outras procedências, foram provenientes do curso de Pedagogia da mesma universidade (Goulart, 2011) e



também o nascimento do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (Tomanik & Fernandes, 2011). O caso desta última instituição é descrito de forma extremamente semelhante ao que deu início ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo: um grupo de professores proveniente do Departamento de Educação deu início à implantação de um curso de Psicologia na mesma Universidade.

O fato de os psicólogos serem parte minoritária do corpo docente no momento em que se instalou o curso de Psicologia, logo foi alterado com o ingresso de novos docentes, o que estabeleceu uma clivagem entre os professores antigos (não psicólogos) e os novos, portadores da formação que o curso se propunha a ministrar.

Entretanto, os depoimentos indicam que a segmentação entre os docentes e todos os reveses que caracterizam uma situação de desacordo teórico, não ficou restrita ao binarismo psicólogos/não psicólogos. O ingresso de novos professores com formação em Psicologia, adeptos de diversas abordagens teóricas, criou outras subdivisões entre o corpo docente, cujas discordâncias foram mencionadas pelos depoentes como estando na gênese de muitas alterações. Essa é a razão pela qual a coexistência de várias abordagens teóricas distintas foi amplamente mencionada pelos entrevistados e aparece tanto na categoria de análise que engloba a relação dos docentes entre si quanto na que trata da organização didático pedagógica do curso.

Esse atributo, o convívio de diferentes teorias, foi apontado em um artigo que analisa o perfil do psicólogo brasileiro, a partir de resultados divulgados por uma ampla pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia no final da década de 1980. Nesse sentido, é extremamente pertinente para os dados que foram obtidos aqui, a análise efetuada por Bastos e Gomide a respeito da orientação teórico metodológica da profissão. Os referidos autores, observando os dados obtidos com a pesquisa do Conselho Federal de Psicologia, apontam que “A fragmentação teórica da Psicologia, enquanto área de conhecimento refletisse, inevitavelmente, na atuação profissional” (Bastos & Gomide, 1989, p. 10).

A análise anterior é convergente com o cenário descrito pelos depoentes da presente pesquisa, que abrange as lembranças dos profissionais a respeito da sua atuação como professores/profissionais na década de 1980. Inclusive, a fragmentação teórica, foi apontada pelos depoentes como um fator que suscitava certo desconforto na convivência diária e teria sido a gênese de conflitos entre os docentes que podem ser atribuídos às concepções divergentes a respeito da própria Psicologia como ciência e como profissão.

Pois, se por um lado, aparece o reconhecimento da existência de uma diversidade teórica que enriquecia a formação oferecida, por outro, essa distinção serviu para nomear desacordos que talvez não fossem apenas teóricos. Pois, a própria pluralidade teórica da Psicologia espelha um conjunto bastante heterogêneo de concepções de homem e do fenômeno psicológico que se encontram ancoradas em visões de mundo mais ou menos conflitantes entre si, como é possível depreender das análises efetuadas por Bock (2000). A



partir de uma investigação realizada com base em 44 questionários respondidos por psicólogos, a respeito das suas concepções sobre o homem e o fenômeno psicológico, a autora dividiu as respostas obtidas em duas grandes categorias, que trazem em seu bojo, posturas profissionais e teóricas diversas: a visão liberal e a visão sócio histórica. Inclusive, esses dados obtidos na década de 1990, demonstram um predomínio, do que Bock denominou, visão liberal de homem. Ou seja, prevalecem as concepções que descolam o homem e o fenômeno psicológico do contexto social e histórico, o que se traduz em práticas profissionais que privilegiam o ajustamento de condutas. Em contrapartida, as concepções apoiadas na visão sócio histórica, entendem o fenômeno psicológico como constituído nas relações do homem com o mundo que o cerca e a prática do psicólogo como prioritariamente voltada para a promoção da saúde, por meio de reflexões sobre a realidade e pela implementação e projetos coletivos. Assim, a existência de uma multiplicidade de visões teóricas, necessariamente também implica em uma heterogeneidade de concepções, inclusive sobre a prática profissional, coexistindo.

Outra categoria de análise tratada aqui abrange as lutas empreendidas em torno da obtenção do espaço físico necessário para o funcionamento do curso. Foi observado que os depoimentos narram a ausência de condições adequadas para o exercício das atividades docentes e discentes e o empenho desses dois setores em torno dos mesmos objetivos. Dois aspectos devem ser considerados para análise das informações contidas no conjunto de dados apresentados: a precariedade do espaço físico necessário e a união entre docentes e discentes.

A exiguidade dos recursos, narrada por todos os depoentes, se harmoniza com o fenômeno apontado pelos autores que analisam a rápida expansão dos cursos de Psicologia no Brasil sem um necessário cuidado e planejamento prévio durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, conforme apontam autores que tratam desse tema (Antunes. 2012; Furtado, 2012; Soares, 2010). Essa precarização do ensino pode ser buscada no próprio aparato legal pois, de acordo com Saviani (2008), após a exclusão do princípio da vinculação orçamentária na Constituição de 1967, o governo federal foi reduzindo progressivamente os recursos destinados à educação, relativizou o princípio da gratuidade do ensino e propôs a concessão de bolsas de estudo que deveriam ser restituídas, criando um cenário mercantilista para a educação. Paralelamente, ainda de acordo com Saviani (2008), foi adotada de forma ampla a privatização do ensino superior, em decorrência do incentivo governamental assumido como política educacional.

O cenário descrito pelos depoentes é de uma ausência de condições mínimas para o funcionamento adequado do curso, na medida em que nem mesmo um espaço físico estava disponível desde o início.

É interessante observar que a precariedade das instalações, a inexistência de espaço físico adequado e a necessidade de um número maior de profissionais, atuou como



catalizador para a proximidade entre as duas categorias, docentes e discentes. Pode-se depreender que o convívio entre professores e alunos foi favorecido pelos interesses convergentes.

Entretanto, além dos interesses comuns, não se pode desconsiderar o contexto político e social daquele momento. Pois, as lutas foram encampadas pelos docentes e alunos e uma cooperação, apontada como maior, foi estabelecida entre todos os participantes dessa primeira turma. É um momento (início da década de 1980) no qual ainda estavam muito presentes as demandas coletivas empreendidas em torno de questões sociais mais amplas, apesar de pesquisadores do movimento estudantil brasileiro, como Bringel (2009) e Martins Filho (1997), apontarem um certo ocaso dessas lutas. Bringel (2009) entende que tal arrefecimento pode ser atribuído tanto ao refluxo, em termos de impacto, dessas lutas estudantis, e também a progressiva institucionalização da ação coletiva estudantil que passa a atuar por meio de entidades constituídas legalmente como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e os Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs). Além disso, o autor aponta uma progressiva despolitização do contexto acadêmico, com o movimento de abertura política.

Os movimentos ocorridos em vários países em 1968, foram classificados por Ponge (2009), como um momento de “efervescência político social excepcional” (p. 39), tendo em vista o teor, a intensidade e a variedade das manifestações. De acordo com o autor, é possível articular as diversas lutas de 1968 a uma estirpe comum, tendo origem em outras contestações anteriores, nas lutas empreendidas por trabalhadores no Leste Europeu e nas mobilizações ocorridas nos países Ocidentais, como por exemplo, a Revolução Cubana (1959), o processo de descolonização que a França e a Grã-Bretanha experimentaram, a luta dos jovens americanos contra a guerra do Vietnã. Especificamente, no caso do Brasil, Ponge (2009) cita uma série de movimentos de trabalhadores e de estudantes, cujo ápice ocorreu no dia 26 de junho de 1968, quando aconteceram manifestações estudantis e populares em várias capitais do Brasil, como Recife, com cinquenta mil pessoas e no Rio de Janeiro, a histórica Passeata dos cem mil.

Entretanto, esses movimentos foram sofrendo um esmorecimento ao longo dos anos 1970, de acordo com Martins Filho (1997), o que era perceptível já em 1977 e 1978. O autor analisa que, nessa época, “Foi significativamente menos massivo que em 1968” (p. 76), embora, o contingente dos alunos nas universidades brasileiras tenha aumentado cerca de três vezes ao longo desse período. Assim como Ponge (2009), Martins Filho (1997) também considera ser necessário situar os eventos antecedentes no cenário mundial, como a revolução cubana, a revolução cultural chinesa e as campanhas contra a guerra do Vietnã. Tais fatos, na leitura de Martins Filho (1997), teriam sido importantes para criar um quadro das ideias políticas da esquerda, a partir de um conjunto de processos de produção cultural.



Especificamente no curso pesquisado aqui, o esmorecimento do empenho dos alunos na busca por melhorias das condições acadêmicas também deve ser analisado considerando as peculiaridades que lhe são inerentes.

É possível perceber, pelo teor dos depoimentos, que mais do que a alteração do cenário político, ocorreu nos anos subsequentes à implantação do curso, uma progressiva conquista das demandas que motivaram a união de alunos e professores. A consolidação do curso pode explicar esse afastamento gradual entre alunos e professores e o exaurimento das lutas comuns. A própria rotina institucional e a ausência dos objetivos que atuavam como forças motrizes das demandas iniciais fizeram com que esses laços de cooperação fossem se esmaecendo. Talvez por isso apareça no relato de alguns ex-professores a imagem dos alunos das turmas subsequentes como sendo mais distantes e/ou desinteressados das questões do curso.

Conclusão

Embora o objeto dessa pesquisa tenha sido aparentemente simples, o que se obteve foi um produto multifacetado, difícil de classificar que pode ser visto como um microcosmo da história brasileira, narrado pela voz de formadores que foram pioneiros em um determinado momento. É uma história escrita a partir de detalhes do cotidiano, narrados por quem os vivenciou, e exatamente, por isso, plena de detalhes que desaparecem em outros levantamentos mais extensos ou nas estatísticas oficiais. Sem desconsiderar a contribuição das diferentes abordagens, mas enfatizando as possibilidades advindas do uso de cada uma, a opção aqui foi situar os aspectos comuns dos depoimentos em um contexto mais amplo da história do Brasil e da formação em Psicologia. O interessante foi observar o quanto os dados obtidos se coadunavam com pesquisas mais amplas, mas ao mesmo tempo, trouxeram elementos novos, ausentes nesses outros trabalhos.

A opção aqui foi ler os depoimentos de maneira a entender que as vozes citadas corroboram questões bastante abrangentes, presentes no contexto político brasileiro da época, e em uma política educacional que promoveu, por exemplo, o aumento da oferta de vagas nos cursos de formação do psicólogo, conforme foi demonstrado anteriormente com base nos levantamentos efetuados pelo Conselho Federal da categoria. A presente pesquisa permitiu observar alguns efeitos de tal crescimento no cotidiano institucional de uma universidade pública: pequeno número de professores, espaço físico deficiente e carência de material de trabalho de forma geral.

Entretanto, não foram apenas os aspectos relacionados a uma política educacional expansionista, sem o devido planejamento, que foram detectados aqui. Outras questões, inerentes à própria constituição da Psicologia como ciência, merecem ser mencionadas nesse momento, dado que dificilmente seriam detectadas em uma pesquisa que não fizesse um levantamento profundo das informações dos entrevistados e lhes concedesse a liberdade de



pronunciar respostas longas, com o mínimo de interferência ou direcionamentos. A diversidade teórica da Psicologia se traduziu em desacordos entre os professores do curso que foram amplamente mencionados pelos depoentes. Tais embates foram rememorados como tendo produzido mal-estar e mesmo uma dificuldade de convivência entre colegas de trabalho. Embora seja difícil afirmar se os embates teóricos tenham iniciado impasses de convivência, ou se foram as dificuldades de convívio, que foram nomeadas como embates teóricos, o fato é que esse dado aparece de modo contundente nos relatos.

Portanto, a partir dos dados obtidos foi possível perceber inúmeros detalhes do cotidiano da instituição e da própria formação do psicólogo que convergem para informações provenientes de outros estudos mais amplos.

Referências

- Antunes, M. A. M. (2012). A psicologia no Brasil: um ensaio sobre as suas contradições. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(num. esp.), 54-65.
- Barbosa, D. R. & Souza, M. P. R. (2009). História da psicologia: contribuições da etnografia e da história oral. *Temas em Psicologia*, 17(1), 81-91. Recuperado em 20 de janeiro, 2015, de pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Bastos, A. V. B. & Gomide, P. I. C. (1989). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 9(1), 6-15. Recuperado em 03 de março, 2015, de www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931989000100003&lng=pt&tlng=pt.
- Bock, A. M. B. (2000). As influências do Barão de Münchhausen na psicologia da educação. Em E. R. Tamanchi & M. L. Rocha (Org.s). *Psicologia e educação: desafios teóricos e práticos* (pp. 11-33). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bosi, E. (1987). *Memória e sociedade: lembranças de velhos* (2a ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Bringel, B. (2009). O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. *EccoS Revista Científica*, 11, 97-121. Recuperado em 10 de fevereiro, 2015, de www.redalyc.org/articulo.oa?id=71512097006
- Campos, R. H. F. (Org.). (2007). *Dicionário biográfico da psicologia no Brasil: pioneiros* (2a ed.). Brasília: CFP. Recuperado em 05 de fevereiro, 2016, de newpsi.bvs-psi.org.br/dicionario/SaibaMais-DicionarioPsi.pdf
- Coimbra, C. (1995). *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do Milagre*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.



- Fernandes, F. (2006). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo.
- Furtado, O. (2012). 50 anos de psicologia no Brasil: a construção social de uma profissão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(num. esp.), 66-85.
- Goulart, I. B. (2011). Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICHUFMG) -1962. Em A. M. Jacó-Vilela (Org.). *Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil* (pp. 142-144). Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP.
- Guinzburg, C. (2006). *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Jacó-Vilela, A. M. (Org.). *Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP.
- Joutard, P. (2000). Desafios à história oral do século XXI. Em V. Alberti, T. M. Fernandes & M. M. Ferreira (Org.s). *História oral: desafios para o século XXI* (pp. 32-45). Rio de Janeiro: Fiocruz. Recuperado em 28 de janeiro, 2015, de books.scielo.org/id/2k2mb
- Julia, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, 1(2), 15-23.
- Langenbach, M. & Negreiros, T. C. G. (1988). A formação complementar: um labirinto profissional. Em Conselho Federal de Psicologia (Org.). *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 78-91). São Paulo: Edicon/Educ.
- Martins Filho, J. R. (1997). O movimento estudantil na conjuntura do Golpe. Em C. N. Toledo (Org.). *1964: visões críticas* (pp. 75-81). Campinas: Unicamp.
- Massimi, M., Campos, R. H. F. & Brožek, J. (2008). Historiografia da psicologia: métodos. Em R. H. F. Freitas (Org.). *História da Psicologia: pesquisa, formação, ensino* (pp 21-47). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Recuperado em 28 de janeiro, 2015, de books.scielo.org/id/c2248
- Mello, S. L. (1978). *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática.
- Motta, R. P. S. (2014). *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moulin, M. G. B. & Rosa, E. (2011). Departamento de Psicologia e Departamento de Psicologia Social de do Desenvolvimento. Em A. M. Jacó-Vilela (Org.). *Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil*. (pp. 174-175). Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP.
- Ponge, R. (2009). 1968, dos movimentos sociais à cultura. *Organon*, 47, 39-55. Recuperado em 20 de maio, 2017, de seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/29507/18192



- Queiroz, M. I. P. (1991). *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Rosas, P., Rosas, A. & Xavier, I. B. (1988). Quantos e quem somos. Em Conselho Federal de Psicologia (Org.). *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 25-41). São Paulo: Edicon/Educ.
- Saviani, D. (2008). O legado educacional do regime militar brasileiro. *Cadernos Cedes*, 28(76), 291-312. Recuperado em 22 de maio, 2017, de www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf
- Soares, A. R. (2010). A psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(num. esp.), 8-41. Recuperado em 10 de fevereiro, 2015, de www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000500002&lng=pt&tlng=pt.
- Thompson, P. (1992). *A voz do passado: história oral*. (L. L. Silveira, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Original publicado em 1978).
- Tomanik, E. A. & Fernandes, S. L. (2011). Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (DPI-UEM-1982-). Em A. M. Jacó-Vilela (Org.). *Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil* (pp. 153-155). Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP.
- Vasconcelos, C. B. (2009). As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 22(43), 65-84. Recuperado em 25 de janeiro, 2015, de www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862009000100004&lng=pt&tlng=pt.

Nota sobre as autoras

Lilian Rose Margotto atualmente é professora titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, sendo responsável pelas disciplinas História da Psicologia e História da Psicologia no Brasil na graduação em Psicologia. E-mail: lilian_margotto@yahoo.com.br

Maria Cecília Cortez Christiano de Souza atualmente é professora titular do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. E-mail: mccs@usp.br

Data de recebimento: 06/04/2016

Data de aceite: 30/05/2017